

# NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM NOVO OLHAR NO CONTEXTO ESCOLAR

Prof. Me. Glaciene Januário Hottis Lyra<sup>1</sup>

## RESUMO

A acessibilidade, conceituada pela Lei 10.098 como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital. A presente pesquisa busca evidenciar as reais possibilidades de modificação do processo ensino/aprendizagem em sala de aula, pois a criança com deficiência motora tem a capacidade de estudar e se tornar um profissional, tem qualidades superiores e objetivos de vida.

Palavras-chave: Acessibilidade. Escola. Recursos Pedagógicos. Deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

Sasaki (2004) acredita que “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais existentes no Brasil”. Para ele, “a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”.

1 Mestre em Teologia, Educação e Religião – UFRGS. Psicopedagoga Clínica e Hospitalar. Professora e Coordenadora de Extensão – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Carangola). E-mail: [hottislyra@gmail.com](mailto:hottislyra@gmail.com)

O autor divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, mostrando que todas essas dimensões são importantes. “Se faltar uma, compromete as outras” (SASSAKI, 2004). Acessibilidade surge como tributo imprescindível na sociedade permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades, a saber: educação, trabalho, habitação, lazer, cultura e as novas tecnologias da informação e comunicação.

Na defesa da educação inclusiva Werneck enfatiza a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A autora afirma que a inclusão vem “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados” (1997, p. 45). Mesmo com a inclusão de pessoas com deficiência há muitas barreiras arquitetônicas para ser quebradas e devem ter acessibilidades para circulação das mesmas. A Secretaria de Educação, com apoio técnico da Secretaria Educação Especial podem está estabelecendo alguns requisitos, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação brasileira de Normas e Técnicas, que trata da Acessibilidade de pessoas com deficiências, edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos. (BRASIL 2001)

Os requisitos estabelecidos deverão contemplar no mínimo: para alunos com deficiência física: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso nos espaços de uso coletivos, reserva de vagas, em estacionamentos, nas proximidades das unidades de serviço construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas, adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 1999, p.25)

Tudo isso para que haja estímulo à inclusão dessas pessoas com deficiências pende oportunidade de desempenhar- se e buscar seus objetivos.

A educação inclusiva, segundo Sasaki (1997), é um processo no qual se amplia a participação de todas as pessoas com deficiência na educação. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos como um direito de todos. Sendo assim essas

peças dependem que seus direitos sejam ouvidos; analisados, compreendidos e praticados.

No Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este documento tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. (BRASIL, 2001)

Nos dias atuais, observa-se vários tipos de barreiras enfrentadas por diversas pessoas e essas barreiras são diversificadas dentro do contexto social, podendo ser concretas ou abstratas.

A acessibilidade está relacionada com os ambientes, os meios de transporte e os utensílios para movimentação de todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. Hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. (SASSAKI, 2005)

Segundo Tavares Filho (2003) “as categorias de acessibilidade fazem parte de um conjunto de fatores interdependentes que não podem ser tratados de maneira isolada”.

Para aqueles cuja autonomia é condicionada por inúmeras barreiras arquitetônicas, dificuldades em utilizar meios de transporte público ou privado e manifestas desvantagens no acesso à informação que os impedem de conhecer e viver a "normalidade", a utilização de um computador e o acesso à internet pode significar uma liberdade até aí apenas sonhada. (GODINHO, 1999)

Algumas barreiras arquitetônicas são eliminadas com novas invenções criadas pelos homens como a tecnologia.

As novas tecnologias, sobretudo no campo das comunicações, permitem-nos hoje aceder a instrumentos de trabalho e a fontes de informação impensáveis há bem pouco tempo. A facilidade, a rapidez e a supressão de barreiras geográficas tornam possível o acesso aos mais diversos canais potenciadores de conhecimento, mas também de convívio e de lazer.

Para alunos com deficiência física: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso nos espaços de uso coletivos, reserva de vagas nas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas, adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 1999, p.25)

## **2 UM NOVO OLHAR NO CONTEXTO ESCOLAR**

De acordo com Sasaki (2003), o termo “necessidades educacionais especiais” foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica – Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 –, com base no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, homologado pelo MEC em 15 de agosto de 2001, pois até esta data a educação especial era tradicionalmente destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentavam deficiências (mental/intelectual, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outros, determinam que:

Art.5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes.

Art. 6º Para identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II – O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III – A colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (BRASIL, 2001, p.49)

Frente a essa nova realidade da escola, é necessário buscar subsídios que determinam as características daquilo que se entende por “necessidades educacionais especiais” no contexto escolar.

As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar. Não se pode desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois, há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos. (SILVA, 2006, p.2)

Nesse contexto educacional, um dos grandes desafios do professor traduz-se em ajudar a tornar a informação significativa, a escolher informações verdadeiramente importantes entre as tantas possibilidades, compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e torná-las parte do referencial. Para afirmar a questão das necessidades educativas especiais, observa-se que:

A expressão necessidades educativas especiais, inclui os alunos que apresentam dificuldades na aquisição das aprendizagens, devido a problemas de maturidade, a sua procedência de ambientes com privações socioculturais ou como consequência de intervenções metodológicas inadequadas da própria escola. De outro modo, as necessidades educativas especiais equivalem a dificuldades de aprendizagem em sentido amplo. (GONZÁLEZ, 2002, p.113)

Em linhas gerais, pode-se conceituar alunos com necessidades educacionais especiais como aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, decorrentes de circunstâncias que podem ser de ordem biológica, psicológica, social e cultural, exigindo uma atenção mais específica e maiores recursos sociais e educacionais, a fim de desenvolverem suas potencialidades.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), alunos com necessidades educacionais especiais seriam aquelas crianças ou pessoas: Que apresentam deficiências; Que apresentam condutas típicas; Superdotadas; Que vivem nas ruas; Crianças trabalhadoras; Imigrantes ou de população nômade; Pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais; Pertencentes a outros grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Assim, elenca-se quem é e quais são as características desses no contexto educacional, especialmente a deficiência motora.

## **2.1 DEFICIÊNCIA MOTORA E SUAS CAUSAS**

São muitas as causas das deficiências motoras e conforme Rodrigues (1976), normalmente dividem-se em dois grupos fundamentais, e de acordo com a sua origem:

Deficiências motoras que têm origem em lesões cerebrais - Deficiências motoras com origem não cerebral causadas por fatores externos (como por exemplo, traumatismos) ou por fatores internos (como por exemplo reumatismos, tuberculose óssea, entre outras). Deficiências motoras de origem cerebral.

A paralisia cerebral pode dar origem a diferentes situações clínicas que trazem sempre muitas dificuldades para a pessoa. Trata-se de uma alteração do movimento e da postura, que aparece no primeiro ano de vida, devido a uma lesão não progressiva (que não evolui) do cérebro. Sabe-se que grande parte das lesões cerebrais no período pré-natal (antes do nascimento) aparecem entre os cinco e os sete meses de vida intra-uterina. No entanto, ainda não existe um conhecimento claro das suas causas. Parece ser evidente que certas infecções como a rubéola pode provocar ou favorecer o aparecimento de alterações circulatórias e de lesões vasculares (MARUJO, 1998).

Ainda na visão de Marujo (1998), as lesões cerebrais Peri natais (período que tem início quinze dias antes do parto e se prolonga quinze dias após o nascimento da criança) que podem dar origem a paralisias cerebrais são aquelas que resultam de falta de oxigênio no cérebro (anóxias) e de hemorragias cerebrais. Estas são apenas algumas das causas no período Peri natal.

Causas pós-natais - As causas mais frequentes de lesão cerebral são os traumatismos crânio encefálicos e infecções como as meningites bacterianas e tuberculosas, entre outras. Deficiência motora de origem não cerebral. Existem vários tipos de deficiências motoras de origem não cerebral, com causas também muito diferentes.

Deficiências motoras temporárias - As mais frequentes são aquelas que resultam de traumatismos, especialmente os cranianos. São especialmente frequentes durante a infância e a adolescência. Na infância é, sobretudo, consequência de acidentes ocorridos nos períodos do recreio na escola e no trajeto casa-escola-casa. Na adolescência têm como causas principais a prática de desportos violentos e a utilização de veículos de duas rodas (MUNOZ, 1997).

Na visão de Munoz (1997), as consequências são normalmente muito graves. Apesar de o traumatismo poder não dar origem a qualquer paralisia, o indivíduo pode apresentar gestos e expressão verbais lentos e descoordenados. Acontecem muitas vezes perdas de memória e alterações no comportamento.

Deficiências motoras definitivas - Como exemplo de deficiências motoras definitivas podemos salientar as paralisias. As paralisias podem resultar de lesões cerebrais ou de lesões da medula. As suas causas são variáveis e podem ser congênicas (que já nascem com a pessoa) ou adquiridas, por exemplo, através de traumatismos (MUNOZ, 1997).

Para ele, são vários os motivos que podemos encontrar na base da deficiência motora, destacando-se as seguintes: Acidentes de trânsito; Acidentes de trabalho; Erros médicos; Problemas durante o parto; Violência; Desnutrição, entre outros motivos.

## 2.2 OS VÁRIOS TIPOS DE DEFICIÊNCIA MOTORA, SUA DISTINÇÃO E AS MEDIDAS PREVENTIVAS

Dentre os vários tipos de deficiência motora, estão as seguintes:

Monoplegia: paralisia em um membro do corpo; Hemiplegia: paralisia na metade do corpo; Paraplegia: paralisia da cintura para baixo; Tetraplegia: paralisia do pescoço para baixo; Amputado: falta de um membro do corpo (BOBATH, 1990).

As medidas preventivas que deverão ser tomadas são: Maior consciencialização por parte das mulheres acerca da necessidade de fazer acompanhamento médico pré-natal; existirem mais pessoas treinadas no resgate de vítimas de acidentes de trânsito; Consciencialização dos riscos da hipertensão e da diabetes (DAMASCENO, 1997).

Ainda segundo Damasceno (1997), dentro da sala de aula, os alunos com deficiência motora, deverão ocupar um lugar relativamente próximo do professor aqueles que necessitem de usar cadeira de rodas, devem ter mesas adaptadas, mais altas do que a dos colegas. A incontinência é um dos obstáculos mais desagradáveis, o professor deverá estar a par do problema e explicar aos outros alunos a situação. Deverá, portanto, ter em atenção o horário de evacuação da criança para que não surjam situações embaraçosas.

Segundo ele, nos alunos com deficiência motora, devemos promover o máximo de independência no âmbito das capacidades e limitações do aluno, mas atendendo sempre às necessidades inerentes a cada caso de deficiência, pois cada caso é um caso e deve-se encontrar sempre uma solução específica adequada. Como medida preventiva pode-se ainda adotar:

Maior conscientização das mulheres acerca da necessidade de fazer acompanhamento médico, pré-natal; Melhor infraestrutura nos berçários para atender recém-nascidos e assepsia do local; Pessoal treinado para atendimento e resgate das vítimas nos acidentes de trânsito; Conscientização dos riscos de hipertensão e da diabetes; Adotar medidas de segurança no trânsito, no ambiente de trabalho e na prática de esportes.

Na opinião de Fonseca (2002), não se deve fazer de conta que estas pessoas não existem, pois se o fizermos vamos ignorar uma característica muito importante dessa pessoa e, se não a virmos da forma como ela é, não estaremos a relacionar com a pessoa “verdadeira”, mas sim com outra pessoa que foi inventada por nós próprios.



Quando se conversa com um aluno em cadeira de rodas, devemos lembrar sempre que, para eles é extremamente incomoda conversar com a cabeça levantada, sendo por isso melhor sentarmo-nos ao seu nível, para que o aluno se possa sentir mais confortável.

Sempre que haja muita gente em corredores, bares, restaurantes, shoppings etc. e estivermos a ajudar um colega em cadeira de rodas, devemos avançar a cadeira com prudência, pois a pessoa poder-se-á sentir incomodada, se magoar outras pessoas. As maiores barreiras não são arquitetônicas, mas sim a falta de informação e os preconceitos.

## 2.3 TRATAMENTO

Diversos recursos tecnológicos são criados para facilitar e dar conforto ao deficiente físico. Alguns recursos que facilitam a vida dos portadores de deficiência física: De acordo com Archer (1998), os recursos são:

Computadores (conectados a internet);

Impressoras Braille;

Sintetizadores de fala;

Teclados ampliados e adaptados;

Mouse adaptado ou modificado;

Sinalizadores de tela;

Dicionários de gestos e Libras;

Telas sensíveis ao toque;

Comutadores ou Switch (ou botões sensíveis ao toque);

Apontadores de cabeça (capacetes com ponteiros para tela);

Softwares de comunicações;

LM Brain e Imago Ana Vox (programas de auxílio a comunicação de pessoas com deficiência motora grave, criados na UNICAMP e USP);

Dosvox (programa na UFRJ desenvolvido para leitura e edição de textos).

Algumas das maneiras utilizadas para adaptar o computador para a realidade do deficiente físico é através do uso de teclados especiais ou especialmente configurados, de forma a receberem melhor a entrada de pessoas com problemas motores.

Porém usuários com deficiência física não precisam necessariamente de adaptações especiais de hardwares para poder utilizar um computador, mesmo os que não possuem o movimento dos braços e pernas, ainda podem utilizar um teclado normal fazendo uso de uma varinha que controlam com a boca, ou então desenvolvendo, pela necessidade, alguma solução alternativa que, quando tem sucesso, acaba chegando ao uso comum.

A manutenção dos Tônus muscular é particularmente importante para as pessoas que são forçadas a levar uma vida sedentária devido a qualquer deficiência. Estes exercícios de alongamento e tonificação podem ser executados por deficientes com mobilidade da cintura para cima. A cadeira de rodas deve está travada na hora dos exercícios.

Extensões cotovelo – Para mobilidade do pescoço, do ombro e do cotovelo. Coloque a mão direita sobre o assento da cadeira e a mão esquerda sobre o ombro direito, cruzando o braço sobre o peito, vire a cabeça para a direita. Estenda o braço esquerdo na continuação do ombro esquerdo e vire a cabeça para a esquerda.

Ainda na visão de Archer (1998), os portadores de necessidades especiais de ordem física ou motora necessitam de atendimento fisioterápico, psicológico a fim de lidar com os limites e dificuldades decorrentes da deficiência e simultaneamente desenvolver todas as suas possibilidades e potencialidades.

Porém, a prevenção pode contribuir para reduzir o percentual de brasileiros paraplégicos ou tetraplégicos, ou com algum tipo de paralisia. A prevenção tem duas vertentes: evitar acidentes (de automóveis, com armas, quedas e mergulhos) causadores de lesões traumáticas, e doenças que podem levar à deficiência.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existe hoje um mundo globalizado com avanços tecnológicos que dá acesso a essas crianças a se desenvolverem através de recursos adaptados aos seus tipos de deficiências tornando o mundo acessível e eliminando barreiras de suas vidas. Uma vez que os recursos estão postos, cabe ao professor opinar entre um ensino monótono ou um ensino dinâmico que vai para além da mera transmissão de conhecimentos.

Cada recurso, em sua especificidade traz benefícios ao ensino e a aprendizagem e, é explícito que a criatividade do professor e a intencionalidade com que são utilizados levam o aluno a despertar para a aquisição do conhecimento. Sabe-se que todos são diferentes uns dos outros; nem todos são morenos, ou loiros, têm pele amarela, ou pele vermelha, são de cor branca, ou de cor negra, têm cabelos lisos, ou cabelos enrolados, e assim por diante.

Cada pessoa tem características que são somente suas e que, na verdade, as diferenciam das demais. O mesmo acontece com o funcionamento mental. Algumas pessoas aprendem melhor por via visual, ou seja, lendo textos, assistindo cenas; outras aprendem melhor por via auditiva, ou seja, ouvindo o professor, ou lendo em voz alta; algumas pessoas compreendem melhor um fato ou um fenômeno qualquer se puder lidar com ele concretamente; outras pessoas já têm facilidade para compreender o mesmo fenômeno, ainda que dele se trate abstratamente, ou seja, no nível da imaginação, da elaboração de ideias. Nem todos seguem o mesmo raciocínio para resolver um problema, e essa assertiva fica evidente durante a fase escolar onde as diferenças entre os alunos se acentuam. Logo, nada mais coerente colocar em prática métodos, técnicas, e recursos segundo o nível de retenção da aprendizagem do aluno.

O professor no seu dia-a-dia acumula experiências que permite conhecer estratégias pedagógicas que obtém melhores respostas seja em nível individual do aluno, seja em grupo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Albert David. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seus Reflexos na Ordem Jurídica Interna do Brasil. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. 2. ed. São Paulo: EPU, 2008.

ARCHER, R. B. **Natação adaptada**: metodologia de ensino dos estilos crawl e peito com fundamentação psicomotora para alunos síndrome de down. São Paulo: Ícone, 1998.

BRANDÃO, C. R. **O que é a educação?** São Paulo: Brasiliense, 1984

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEE, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais –orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva** – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da 7ª Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas** Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/Comitê de Ajudas Técnicas/Ata\\_VII\\_Reunião\\_do\\_Comite\\_de\\_Ajudas\\_Técnicas.doc](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/Comitê de Ajudas Técnicas/Ata_VII_Reunião_do_Comite_de_Ajudas_Técnicas.doc)> Acesso em: 05 jan. 2008.

BOBATH, Karen. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. São Paulo: Manole, 1990.

BOBATH, Karen. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. São Paulo: Manole, 1984. 105 p.

DAMASCENO, L. G. **Natação, psicomotricidade e desenvolvimento**. Campinas: Autores Associados, 1997.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O Novo Conceito Constitucional de Pessoa Com Deficiência:um Ato de Coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2002.

GODINHO, M. et al. **Controlo motor e aprendizagem**: Fundamentos e aplicações. Lisboa: FMH edições, 1999.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e Organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARUJO, V.L.M.B. Fonoaudiologia em paralisia cerebral. In: SOUZA, A.M.C. & FERRARETTO, I. **Paralisia Cerebral Aspectos práticos**. São Paulo: Memnon, 1998.

MUÑOZ, J.L.G.; BLASCO, G.M.G. & SUÁREZ, M.J.R. Deficientes motores II: Paralisia Cerebral. In: BAUTISTA, R. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dina livro, 1997.

RODRIGUES, David António. **Corpo, Espaço e Movimento – A Representação espacial do corpo e o controlo na manipulação e da locomoção em crianças com paralisia cerebral.** Lisboa, 1983.

SASSAKI, K.R. **Orientação profissional em reabilitação:** Uma experiência. Trabalho de conclusão do curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade Paulista de Serviço Social). São Paulo: Fapss, 1963.

SASSAKI, K. R. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. "**Acessibilidade:** Uma chave para a inclusão social". 05 mai. 2005. Disponível em: <[http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc\\_003.htm](http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm)>. Acesso em: abril, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial.** Disponível em: [http://www.viverconsciente.com.br/exibe\\_artigo.asp?codigo=75&codigo\\_categoria=13](http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13) > . Acesso em: 20 ago. 2004.